

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	17
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	18
12. INTANGÍVEL	19
13. FORNECEDORES	20
14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	21
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS	24
17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	25
18. PROVISÕES.....	25
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
20. RECEITA.....	31
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	34
22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	38
23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	39
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	41
25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	50
26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA.....	52
27. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	52
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	53
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	71

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	611.077	190.233	527.296
Títulos e Valores Mobiliários	5	479.384	78.626	5.000
Consumidores e Revendedores	6	1.139.655	1.357.518	1.602.291
Concessionários – Transporte de Energia	6	234.134	299.718	247.049
Tributos Compensáveis	7	131.972	121.387	118.960
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	86.697	118.782	81.597
Fundos Vinculados		101.094	132.256	3.279
Estoques		34.038	35.988	26.671
Contribuição de Iluminação Pública		69.512	68.898	62.889
Subvenção Baixa Renda		25.179	46.879	920
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	24	-	20.445	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	9	102.904	-	-
Outros		278.014	332.578	257.187
TOTAL DO CIRCULANTE		3.293.660	2.803.308	2.933.139
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e Valores Mobiliários	5	41.779	22.235	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	833.110	910.524	499.092
Tributos Compensáveis	7	338.758	348.959	247.350
Depósitos Vinculados a Litígios	10	864.394	852.313	832.466
Consumidores e Revendedores	6	253.791	220.315	73.753
Outros Créditos		51.481	85.434	70.171
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	11	4.941.718	4.757.735	3.118.126
Intangíveis	12	1.792.739	1.778.817	2.703.687
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.117.770	8.976.332	7.544.645
ATIVO TOTAL		12.411.430	11.779.640	10.477.784

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	15	641.721	2.954.010	603.235
Debêntures	15	463.477	931.647	22.765
Fornecedores	13	866.597	1.116.600	753.131
Impostos, Taxas e Contribuições	14	308.790	364.482	340.956
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		119.947	119.947	109.215
Salários e Encargos Sociais		154.672	160.708	168.454
Encargos Regulatórios	16	145.909	238.048	210.312
Participações nos Lucros		47.887	56.809	59.437
Obrigações Pós-Emprego	17	39.623	37.114	53.687
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	24	-	-	25.764
Contribuição de Iluminação Pública		119.220	111.489	114.586
Outras		112.345	158.694	143.219
TOTAL DO CIRCULANTE		3.020.188	6.249.548	2.604.761
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	15	1.409.936	723.973	2.032.642
Debêntures	15	2.731.808	-	852.580
Provisões	18	126.179	104.986	103.684
Obrigações Pós-Emprego	17	1.817.515	1.783.959	1.397.431
Impostos, Taxas e Contribuições	14	602.151	579.523	661.326
Encargos Regulatórios	16	94.251	122.021	187.753
Outras		23.443	21.851	19.639
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.805.283	3.336.313	5.255.055
TOTAL DO PASSIVO		9.825.471	9.585.861	7.859.816
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	19	2.261.998	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		201.151	201.151	394.465
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(269.370)	(269.370)	(38.495)
Lucros (Prejuízos) Acumulados		392.180	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.585.959	2.193.779	2.617.968
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.411.430	11.779.640	10.477.784

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RECEITA	20	4.544.307	4.471.887
CUSTOS OPERACIONAIS	21		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.821.928)	(1.780.889)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(171.988)	(391.911)
		<u>(1.993.916)</u>	<u>(2.172.800)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(316.386)	(305.955)
Materiais		(15.003)	(15.481)
Serviços de Terceiros		(256.689)	(241.689)
Amortização		(183.671)	(158.498)
Provisões Operacionais		(39.942)	(28.319)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(421.826)	(542.426)
Outras		(29.694)	(35.015)
		<u>(1.263.211)</u>	<u>(1.327.383)</u>
CUSTO TOTAL		(3.257.127)	(3.500.183)
LUCRO BRUTO		1.287.180	971.704
DESPESA OPERACIONAL	21		
Despesas com Vendas		(33.481)	(26.089)
Despesas Gerais e Administrativas		(362.459)	(222.404)
Outras Despesas Operacionais		(132.161)	(149.424)
		<u>(528.101)</u>	<u>(397.917)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		759.079	573.787
Receitas Financeiras	22	145.764	149.113
Despesas Financeiras	22	(310.566)	(293.220)
Resultado Antes dos Impostos		594.277	429.680
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(124.683)	(265.658)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	(77.414)	118.264
RESULTADO DO EXERCÍCIO		392.180	282.286
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,1734	0,1248

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12 Reapresentado
RECEITA	20	2.286.445	2.356.500
CUSTOS OPERACIONAIS	21		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.038.927)	(991.479)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(85.347)	(192.920)
		<u>(1.124.274)</u>	<u>(1.184.399)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(158.241)	(149.405)
Materiais		(8.110)	(9.178)
Serviços de Terceiros		(134.281)	(122.887)
Amortização		(90.408)	(83.935)
Provisões Operacionais		(39.402)	14.576
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(235.118)	(341.471)
Outras		(6.755)	(19.085)
		<u>(672.315)</u>	<u>(711.385)</u>
CUSTO TOTAL		(1.796.589)	(1.895.784)
LUCRO BRUTO		489.856	460.716
DESPESA OPERACIONAL	21		
Despesas com Vendas		(12.540)	(10.522)
Despesas Gerais e Administrativas		(136.429)	(94.304)
Outras Despesas Operacionais		(55.364)	(73.999)
		<u>(204.333)</u>	<u>(178.825)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		285.523	281.891
Receitas Financeiras	22	82.464	65.538
Despesas Financeiras	22	(163.150)	(151.846)
Resultado Antes dos Impostos		204.837	195.583
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(81.901)	(120.615)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	15.166	54.121
RESULTADO DO EXERCÍCIO		138.102	129.089
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,0611	0,0571

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012****(Em milhares de Reais)**

	30/06/2013	30/06/2012
RESULTADO DO EXERCÍCIO	392.180	282.286
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>392.180</u>	<u>282.286</u>

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012**(Em milhares de Reais)**

	Abr a Jun/13	Abr a Jun/12
RESULTADO DO EXERCÍCIO	138.102	129.089
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>138.102</u>	<u>129.089</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	2.261.998	394.465	-	-	2.656.463
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.3)	-	-	(38.495)	-	(38.495)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	(38.495)	-	2.617.968
Resultado do Período	-	-	-	282.286	282.286
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	282.286	282.286
Dividendos Declarados (R\$107,68 por lote de mil ações)	-	(243.565)	-	-	(243.565)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	2.261.998	150.900	(38.495)	282.286	2.656.689
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	2.261.998	201.151	-	-	2.463.149
Efeitos de adoção de nova prática contábil (Nota 2.3)	-	-	(269.370)	-	(269.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.261.998	201.151	(269.370)	-	2.193.779
Resultado do Período	-	-	-	392.180	392.180
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	392.180	392.180
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	2.261.998	201.151	(269.370)	392.180	2.585.959

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	392.180	282.286
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	98.429	81.347
Amortização	213.116	176.471
Provisões para Perdas Operacionais	73.423	54.408
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	6.999	13.286
Juros e Variações Monetárias	256.255	204.098
Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.005)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	202.097	147.394
Outros	3.806	(1.288)
	<u>1.245.300</u>	<u>958.002</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	150.906	(32.371)
Tributos Compensáveis	(384)	(34.960)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	32.085	21.105
Transporte de Energia	65.584	(35.358)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	(102.904)	-
Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros	21.450	-
Outros	99.472	(140.601)
	<u>266.209</u>	<u>(222.185)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(250.003)	109.015
Tributos e Contribuição Social	(52.098)	(23.566)
Salários e Encargos Sociais	(6.036)	(23.633)
Encargos Regulatórios	(119.909)	(37.949)
Obrigações Pós-Emprego	(62.364)	(71.301)
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(25.764)
Outros	(64.697)	(39.803)
	<u>(555.107)</u>	<u>(113.001)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	956.402	622.816
Juros Pagos	(388.910)	(119.380)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(105.649)	(175.955)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	461.843	327.481
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários	(420.302)	(30.239)
Em Fundos Vinculados	31.162	(40.561)
Em Intangível	(421.826)	(542.426)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(810.966)	(613.226)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.370.207	228.467
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.600.240)	(163.444)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	769.967	65.023
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	420.844	(220.722)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	190.233	527.296
No fim do exercício	611.077	306.574
	<u>420.844</u>	<u>(220.722)</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado		
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	5.927.142	6.339.036		
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	421.826	542.426		
Outras Receitas	2.093	1.756		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.481)	(26.089)		
	<u>6.317.580</u>	<u>6.857.129</u>		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.987.348)	(1.955.701)		
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(192.250)	(433.410)		
Serviços de Terceiros	(563.989)	(537.905)		
Materiais	(193.769)	(297.724)		
Outros Custos Operacionais	(72.100)	(70.451)		
	<u>(3.009.456)</u>	<u>(3.295.191)</u>		
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.308.124	3.561.938		
RETENÇÕES				
Amortização	(213.116)	(176.471)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.095.008	3.385.467		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	145.764	149.113		
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.240.772	3.534.580		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	551.129	17,01	488.013	13,81
Remuneração Direta	308.478	9,52	332.378	9,40
Benefícios	133.982	4,13	124.788	3,53
FGTS	21.619	0,67	22.065	0,63
Programas de Desligamento de Empregados	87.050	2,69	8.782	0,25
Impostos, Taxas e Contribuições	1.927.918	59,49	2.431.118	68,78
Federais	775.385	23,93	1.172.014	33,16
Estaduais	1.150.397	35,50	1.256.800	35,56
Municipais	2.136	0,06	2.304	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	369.545	11,40	333.163	9,42
Juros	332.747	10,27	296.584	8,39
Aluguéis	36.798	1,13	36.579	1,03
Remuneração de Capital Próprio	392.180	12,10	282.286	7,99
Lucros Retidos	392.180	12,10	282.286	7,99
	<u>3.240.772</u>	<u>100,00</u>	<u>3.534.580</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Distribuição e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.631.376 consumidores em 30 de junho de 2013 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, em mais detalhes na nota explicativa nº 2, item 2.3, destas Informações Contábeis Intermediárias. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e reapresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013 e reclassificações contábeis

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas Informações Contábeis Intermediárias, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Informações Contábeis Intermediárias:

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos, imediatamente como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

Reclassificações de Saldos Contábeis de 30 de junho de 2012 e 01 de janeiro de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2012, originalmente emitidas em 14 de agosto de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período findo em 30 de junho de 2013. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de junho de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias que tiveram reclassificações e ajustes em função das novas práticas contábeis mencionadas acima:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.933.139	-	2.933.139
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	19.831	499.092
Total do Ativo Não Circulante	7.524.814	19.831	7.544.645
Passivo Circulante	2.604.761	-	2.604.761
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.339.105	58.326	1.397.431
Total do Passivo Não Circulante	5.196.729	58.326	5.255.055
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(38.495)	(38.495)
Total do Patrimônio Líquido	2.656.463	(38.495)	2.617.968

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.803.308	-	2.803.308
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	771.758	138.766	910.524
Total do Ativo Não Circulante	8.837.566	138.766	8.976.332
Passivo Circulante	6.249.548	-	6.249.548
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.375.823	408.136	1.783.959
Total do Passivo Não Circulante	2.928.177	408.136	3.336.313
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(269.370)	(269.370)
Total do Patrimônio Líquido	2.463.149	(269.370)	2.193.779

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	30/06/2012			
	Nota	Saldo Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas	a	6.855.373	1.756	6.857.129
Insumos adquiridos de terceiros	a-b	(3.336.002)	40.811	(3.295.191)
Valor adicionado a distribuir		3.492.013	42.567	3.534.580
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados	b	449.495	38.518	488.013
Impostos, taxas e Contribuições	b	2.430.900	218	2.431.118
Remuneração de capitais de terceiros	b	329.332	3831	333.163
Valor adicionado distribuído		3.492.013	42.567	3.534.580

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Ganhos decorrentes da alienação de bens e direitos: reclassificados de Outros Custos Operacionais para Outras Receitas;

- b) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição: segregação por natureza de custo;

2.3. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2012 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2013, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2012	30/06/2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
a	9	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
10	10	Depósitos Vinculados a Litígios
11	11	Ativos Financeiros da Concessão
12	12	Intangível
13	13	Fornecedores
14	14	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
15	15	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
16	16	Encargos Regulatórios
17	17	Obrigações Pós-Emprego
18	18	Provisões
19	19	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
20	20	Receita
21	21	Custos e Despesas Operacionais
22	22	Resultado Financeiro Líquido
23	23	Transações com Partes Relacionadas
24	24	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
25	25	Mensuração Pelo Valor Justo
28	26	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária
29	27	Eventos Subsequentes

a) Informação incluída a partir do 1º trimestre de 2013;

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
26	Seguros
27	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2013, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Contas Bancárias	60.316	61.843	43.411
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	548.761	116.550	467.416
Letras Financeiras – Bancos	-	-	10.419
Outras	2.000	11.840	6.050
	550.761	128.390	483.885
	611.077	190.233	527.296

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 97% a 105% conforme operação. As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Certificados de depósitos bancários	218.888	12.146	5.000
Letras Financeiras – Bancos	277.179	70.796	-
Letras Financeiras do Tesouro	7.258	-	-
Debêntures	13.202	14.316	-
Outros	4.636	3.603	-
	521.163	100.861	5.000
Ativo Circulante	479.384	78.626	5.000
Ativo Não Circulante	41.779	22.235	-

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Residencial	445.123	181.979	150.315	777.417	851.641	797.392
Industrial	267.691	27.359	82.658	377.708	400.767	430.220
Comércio, Serviços e Outras	238.454	47.052	79.567	365.073	407.390	372.079
Rural	74.186	16.834	27.027	118.047	123.751	114.130
Poder Público	58.818	15.466	23.301	97.585	93.601	97.396
Iluminação Pública	27.834	2.567	21.948	52.349	53.419	79.498
Serviço Público	46.203	1.321	17.428	64.952	69.700	84.061
Subtotal – Consumidores	1.158.309	292.578	402.244	1.853.131	2.000.269	1.974.776
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	18	18	17	880
Concessionários – Transporte de Energia	58.324	7.967	167.844	234.134	299.718	258.980
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	10.600	8.977	19.577	49.257	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(479.280)	(471.710)	(311.543)
	1.216.632	311.145	579.083	1.627.580	1.877.551	1.923.093
Ativo Circulante				1.373.789	1.657.236	1.849.340
Ativo Não Circulante				253.791	220.315	73.753

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Residencial	136.725	131.175	116.995
Industrial	222.612	220.745	74.715
Comércio, Serviços e Outras	74.742	79.612	75.390
Rural	15.428	15.876	16.168
Poder Público	8.974	3.608	4.346
Iluminação Pública	10.360	11.261	11.808
Serviço Público	10.439	9.433	12.121
	479.280	471.710	311.543

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2012	Constituições	Baixas	30/06/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	471.710	33.481	(25.911)	479.280

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
ICMS a Recuperar	84.422	85.183	73.487
COFINS	37.137	27.313	35.534
PIS-PASEP	8.063	6.705	8.490
Outros	2.350	2.186	1.449
	131.972	121.387	118.960
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	201.986	191.789	173.859
COFINS	112.404	129.771	61.018
PIS-PASEP	24.368	27.399	12.473
	338.758	348.959	247.350
	470.730	470.346	366.310

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIPJ) e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2013 superiores aos valores devidos, que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados em 2013 e anos posteriores.

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Imposto de Renda	81.736	83.389	62.109
Contribuição Social	4.961	35.393	19.488
	86.697	118.782	81.597

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Ativos Fiscais Diferidos			
Obrigações Pós-Emprego	430.140	418.847	285.335
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	73.933	168.344	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	170.816	168.242	113.785
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155	153.155
Provisões	44.387	35.695	35.253
Taxa de Administração (1)	8.944	8.944	8.944
Outros	9.127	7.927	27.675
	890.502	961.154	624.147
Passivos Fiscais Diferidos			
Instrumentos Financeiros e Variação Cambial	(18.345)	(20.485)	(17.426)
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	-	-	(82.078)
Encargos Capitalizados (1)	(34.802)	(27.261)	(21.248)
Custo de Captação (1)	(4.245)	(2.884)	(4.303)
	(57.392)	(50.630)	(125.055)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	833.110	910.524	499.092

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2013	30/06/2012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	594.277	429.680
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(202.054)	(146.091)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	4.017	5.118
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.066)	(1.262)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	(878)	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	2.871	438
Multas Indedutíveis	(4.988)	(5.599)
Outros	1	2
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(202.097)	(147.394)
Alíquota Efetiva	34,01%	34,30%
Corrente	(124.683)	(265.658)
Diferido	(77.414)	118.264

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	204.837	195.583
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(69.644)	(66.498)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	2.613	3.071
Contribuições e Doações Indedutíveis	(746)	(797)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	2.521	315
Multas Indedutíveis	(1.483)	(2.589)
Outros	4	4
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(66.735)	(66.494)
Alíquota Efetiva	32,58%	34,00%
Corrente	48.397	(120.615)
Diferido	18.338	54.121

9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no mercado de curto prazo. O saldo dos repasses de recursos apresentado no balanço patrimonial, em 30 de junho de 2013, no montante de R\$102.904, referente ao período de abril a junho de 2013, foi, integralmente, recebido em duas parcelas, sendo uma em julho e outra em agosto de 2013.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Trabalhista	204.708	166.546	135.126
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622	612.622
Outros	4.315	3.261	1.391
	622.637	621.583	619.713
Outros			
Regulatório	8.781	9.037	12.782
Cível	1.732	1.342	21.420
Relações de Consumo	1.353	1.759	1.206
Bloqueio Judicial	24.589	51.888	42.199
Outros	594	158	20
	37.049	64.184	77.627
	864.394	852.313	832.466

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f), das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Provisão para perdas	Baixas	Saldo em 30/06/2013
Ativos Financeiros da Concessão	3.118.126	4.757.735	187.796	-	(3.813)	4.941.718

12. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	30/06/2013			31/12/2012			01/01/2012
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.632.643	(5.587.628)	1.045.015	6.501.119	(5.392.078)	1.109.041	1.502.343
Intangível em Curso	747.724	-	747.724	669.776	-	669.776	1.201.344
Total Intangível	7.380.367	(5.587.628)	1.792.739	7.170.895	(5.392.078)	1.778.817	2.703.687

b) Mutações do Ativo Intangível em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2013
Intangível	2.703.687	1.778.817	421.826	(187.796)	(3.186)	(216.922)	1.792.739

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2013	30/06/2012
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	190.544	169.370
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(22.181)	(6.777)
Efeito Líquido no Resultado	168.363	162.593

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 30 de junho de 2013, o valor contábil bruto de R\$1.423.537 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

Base Regulatória de Remuneração ("BRR")

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768. A Companhia aguarda o julgamento de dois recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pelo regulador na definição da BRR, e mantém a expectativa de que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012.

13. FORNECEDORES

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Energia de curto prazo - CCEE	56.889	48.714	38.366
Encargos de uso da rede elétrica	40.939	92.051	81.894
Energia elétrica comprada para revenda	430.819	534.249	245.571
Itaipu binacional	194.262	180.180	162.071
Materiais e serviços	143.688	261.406	225.229
	866.597	1.116.600	753.131

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Impostos, Taxas e Contribuições

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
ICMS	250.811	276.725	259.613
COFINS	25.465	45.327	37.668
PIS-PASEP	5.529	9.840	8.178
INSS	13.648	15.150	16.392
Outros	13.337	17.440	19.105
	308.790	364.482	340.956
Não Circulante			
COFINS	494.740	476.148	543.360
PIS-PASEP	107.411	103.375	117.966
	602.151	579.523	661.326
	910.941	944.005	1.002.282

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2013						31/12/2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	5.911	20.648	26.559	26.832	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.901	4.754	6.655	7.111	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				7.812	25.402	33.214	59.546	89.842
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	2.005	-	2.005	5.213	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	101.213	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	102.688	100.000	202.688	202.541	306.220
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80 do CDI	R\$	-	-	-	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50 do CDI	R\$	366.501	-	366.501	475.889	436.637
Banco do Brasil S.A.	2012	106 do CDI	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08 do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 do CDI	R\$	656	197.805	198.461	206.186	-
Banco do Brasil S.A. (4)	2015	99,50 do CDI	R\$	(2.103)	204.370	202.267	-	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$	6.146	600.000	606.146	-	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	13.636	-	13.636	35.881	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	905	-	905	1.914	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.436	-	25.436	25.459	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.853	-	12.853	62.893	128.256
Bradesco S.A.	2013	103 do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6 a 8	R\$	76.269	280.379	356.648	390.115	428.238
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	4.474	1.980	6.454	6.867	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.505	-	1.505	12.535	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	22.938	-	22.938	33.690	68.300
Dívida em Moeda Nacional				633.909	1.384.534	2.018.443	3.618.437	2.546.035
Total de Empréstimos e Financiamentos				641.721	1.409.936	2.051.657	3.677.983	2.635.877
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	11.495	410.198	421.693	-	-
Debêntures (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	24.989	1.111.177	1.136.166	-	-
Debêntures (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	16.112	662.752	678.864	-	-
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	22.419	547.681	570.100	530.287	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	388.462	-	388.462	401.360	372.697
Total de Debêntures				463.477	2.731.808	3.195.285	931.647	875.345
Total Geral				1.105.198	4.141.744	5.246.942	4.609.630	3.511.222

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Os encargos financeiros anuais dos Empréstimos e Financiamentos, considerando os swaps, são CDI + 1,50%;

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;

(4) Contrato a vencer no longo prazo, sendo que o valor reconhecido no Passivo Circulante refere-se ao montante dos juros provisionados, deduzidos dos custos de captação a serem amortizados no período de doze meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.436	2.475	-	-	-	-	-	20.648	26.559
Euro	952	1.901	1.901	1.901	-	-	-	-	6.655
	4.388	4.376	1.901	1.901	-	-	-	20.648	33.214
Indexadores									
IPCA (1)	46.864	16.458	182.166	182.165	182.166	-	366.518	1.408.793	2.385.130
IGP-M (2)	2.913	385.549	-	-	-	-	-	-	388.462
UFIR/RGR (3)	41.463	69.576	61.344	49.820	40.183	35.362	23.562	35.336	356.646
CDI (4)	258.784	404.344	271.184	665.739	66.189	410.796	-	-	2.077.036
TR (5)	-	1.623	411	-	-	-	-	-	2.034
Outros	2.095	-	30	838	837	620	-	-	4.420
	352.119	877.550	515.135	898.562	289.375	446.778	390.080	1.444.129	5.213.728
	356.507	881.926	517.036	900.463	289.375	446.778	390.080	1.464.777	5.246.942

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (4) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (5) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	30/06/2013 (%)	Abr a Jun/2013 (%)	2012 (%)	2011 (%)	Indexador	30/06/2013 (%)	Abr a Jun/2013 (%)	2012 (%)	2011 (%)
Dólar Norte-Americano	8,42	10,02	8,94	12,58	IPCA	3,15	1,18	5,84	6,50
Euro	6,94	11,50	10,73	9,25	CDI	3,46	1,79	8,37	11,64
					IGP-M	1,74	0,90	7,82	5,10

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.609.630
Financiamentos Obtidos	2.378.774
Custos de Captação	(8.567)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	2.370.207
Variação Monetária e Cambial	57.144
Encargos Financeiros Provisionados	199.111
Encargos Financeiros Pagos	(388.910)
Amortização de Financiamentos	(1.600.240)
Saldo em 30 de junho de 2013	5.246.942

Foram transferidos R\$150.123 para o curto prazo, em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

As captações de recursos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil	2015	99,5% do CDI	195.847
3ª Emissão de Debêntures - 1ª Série	2018	CDI + 0,69	412.163
3ª Emissão de Debêntures - 2ª Série	2021	IPCA + 4,7	1.103.335
3ª Emissão de Debêntures - 3ª Série	2025	IPCA + 5,1	658.862
Total de Captações			2.370.207

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Garantias

Em 30 de junho de 2013, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	3.472.614
Recebíveis	1.197.775
Sem Garantia	576.553
TOTAL	5.246.942

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 30 de junho de 2013, possuem as seguintes características:

	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	COVENANTS	Saldo em 30/06/2013	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 01/01/2012
3ª Emissão - 1ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	421.693	-	-
3ª Emissão - 2ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.136.166	-	-
3ª Emissão - 3ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	678.864	-	-
2ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	570.100	530.287	502.648
1ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,5	Não há	388.462	401.360	372.697
TOTAL					3.195.285	931.647	875.345

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria;

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross-default*);

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), com exibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%
LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,3
Investimento/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 96%

- (1) Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);
 (2) LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2013, as seguintes cláusulas restritivas não foram atendidas:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2013
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36	4,25
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%	66,99%

A Companhia obteve, em 28 de junho de 2013 e válido até 30 de junho de 2014, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 30 de junho de 2013. Os Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estão classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os termos originais dos contratos, tendo em vista a obtenção do referido consentimento de forma antecipada.

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2013	31/12/2012	01/01/2012
Eficiência Energética	122.902	134.498	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	43.004	65.194	92.225
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.126	37.570	32.674
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	37.200	34.870
Encargos de Capacidade Emergencial	31.023	31.035	31.092
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.645	50.887
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	21.236	18.790
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	-	4.678	3.499
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.640	1.806	1.806
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
	240.160	360.069	398.065
Passivo Circulante	145.909	238.048	210.312
Passivo Não Circulante	94.251	122.021	187.753

17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 01 de janeiro de 2012 (Reapresentado)	671.428	413.441	22.364	343.885	1.451.118
Despesa Reconhecida no Resultado	34.403	25.835	506	20.603	81.347
Contribuições Pagas	(46.858)	(19.555)	(307)	(4.581)	(71.301)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012	658.973	419.721	22.563	359.907	1.461.164
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	704.518	586.388	15.983	514.184	1.821.073
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	39.009	32.141	874	26.405	98.429
Contribuições Pagas	(36.158)	(21.067)	(681)	(4.458)	(62.364)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2013	707.369	597.462	16.176	536.131	1.857.138
Passivo Circulante 30 de junho de 2013					39.623
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2013					1.817.515

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

No 1º semestre de 2013, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas Demonstrações Contábeis.

18. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	01/01/2012	31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2013
Trabalhistas	18.469	21.405	34.712	-	(9.912)	46.205
Cíveis						
Relações de Consumo	46.711	42.190	3.583	(15.656)	(3.583)	26.534
Outras Ações Cíveis	10.748	19.632	3.467	(5.268)	(3.466)	14.365
	57.459	61.822	7.050	(20.924)	(7.049)	40.899
Tributárias	3.109	2.378	1.448	(601)	(1.288)	1.937
Ambientais	276	274	45	-	-	319
Regulatórias	20.238	12.505	19.129	(2.099)	(352)	29.183
Outras	4.133	6.602	1.182	-	(148)	7.636
Total	103.684	104.986	63.566	(23.624)	(18.749)	126.179

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$185.927, dos quais R\$46.205 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$53.527, dos quais R\$26.534 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$71.368, dos quais R\$14.365 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$6.789, dos quais R\$1.937 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$63.710, dos quais R\$29.183 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$34.054, dos quais R\$7.955 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$150.150.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$544.378, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$52.445 e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$4.571. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais, envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$15.995.

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.235.467, para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$137.471. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$166.852.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2013 e 2012, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2013	30/06/2012
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Exercício	392.180	282.286
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,1734	0,1248

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

20. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2013	30/06/2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.822.919	5.260.580
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	591.923	925.270
Transações com Energia na CCEE	184.438	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	421.826	542.426
Outras Receitas Operacionais (d)	327.862	153.186
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(1.804.661)	(2.409.575)
	4.544.307	4.471.887

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.434.883	2.680.129
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	229.859	466.642
Transações com Energia na CCEE	67.419	-
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	235.118	341.471
Outras Receitas Operacionais (d)	185.069	71.343
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(865.903)	(1.203.085)
	2.286.445	2.356.500

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Residencial	4.695.961	4.383.682	2.280.682	2.398.313
Industrial	1.970.290	2.093.784	646.345	773.725
Comércio, Serviços e Outros	2.859.289	2.721.614	1.144.412	1.224.299
Rural	1.335.075	1.264.667	344.270	354.065
Poder Público	426.126	409.577	163.459	176.657
Iluminação Pública	629.969	615.371	155.078	167.862
Serviço Público	609.795	578.059	159.140	169.976
Subtotal	12.526.505	12.066.754	4.893.386	5.264.897
Consumo Próprio	17.386	17.197	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(70.467)	(4.317)
Total	12.543.891	12.083.951	4.822.919	5.260.580

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Residencial	2.383.392	2.197.817	1.131.872	1.216.212
Industrial	1.018.347	1.049.500	336.219	395.492
Comércio, Serviços e Outros	1.418.035	1.347.886	566.356	616.309
Rural	702.258	701.811	170.555	191.897
Poder Público	217.861	214.249	82.500	93.795
Iluminação Pública	320.156	306.100	77.525	84.418
Serviço Público	305.469	288.652	79.436	86.441
Subtotal	6.365.518	6.106.015	2.444.463	2.684.564
Consumo Próprio	8.750	8.387	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(9.580)	(4.435)
Total	6.374.268	6.114.402	2.434.883	2.680.129

(*) Valores em MWh informados não revisado pelos auditores independentes.

Revisão Tarifária

As novas tarifas contemplando os efeitos da Revisão Tarifária Extraordinária foram homologadas em 24 de janeiro de 2013, com uma redução média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, sendo aplicadas até 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão.

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretou o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passou a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas Notas Explicativas nºs 12 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

d) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2013	30/06/2012
Serviço Taxado	5.949	7.718
Outras Prestações de Serviços	6.982	5.106
Subvenções (*)	307.129	97.025
Aluguel e Arrendamento	2.382	42.690
Outras	5.420	647
	327.862	153.186

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Serviço Taxado	2.235	3.947
Outras Prestações de Serviços	2.604	2.954
Subvenções (*)	180.567	47.949
Aluguel e Arrendamento	(5.284)	16.054
Outras	4.947	439
	185.069	71.343

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2013	30/06/2012
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.149.450	1.255.419
PIS-PASEP	93.026	104.400
COFINS	428.482	480.874
ISSQN	129	140
	1.671.087	1.840.833
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	49.697
Programa de Eficiência Energética (PEE)	20.207	6.731
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	60.753	225.418
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	25.645	254.837
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	11.369	8.015
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.716	8.015
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	3.654	4.007
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	8.230	12.022
	133.574	568.742
	1.804.661	2.409.575

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Impostos sobre a Receita		
ICMS	562.795	641.059
PIS-PASEP	45.498	52.294
COFINS	209.564	240.871
ISSQN	51	70
	817.908	934.294
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	27.445
Programa de Eficiência Energética (PEE)	8.375	10.177
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	30.376	112.709
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	-	102.177
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.697	4.071
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.697	4.071
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	1.849	2.035
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	1	6.106
	47.995	268.791
	865.903	1.203.085

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2013	30/06/2012
Pessoal (a)	493.153	385.024
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	37.333	78.828
Obrigações Pós-Emprego (nota 17)	59.420	46.944
Materiais	23.024	21.895
Serviços de Terceiros (b)	361.112	325.044
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.821.928	1.780.889
Amortização	213.116	176.471
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	73.423	54.408
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	171.988	391.911
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	421.826	542.426
Outras Despesas Líquidas (f)	108.905	94.260
	3.785.228	3.898.100

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Pessoal (a)	182.296	179.671
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(264)	41.673
Obrigações Pós-Emprego (nota 17)	29.710	23.472
Materiais	12.391	11.707
Serviços de Terceiros (b)	203.485	162.425
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.038.927	991.479
Amortização	105.514	90.084
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	51.942	(4.055)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	85.347	192.920
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	235.118	341.471
Outras Despesas Líquidas (f)	56.456	43.762
	2.000.922	2.074.609

a) Despesas com Pessoal	30/06/2013	30/06/2012
Remunerações e Encargos	354.676	340.492
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	24.318	22.798
Benefícios Assistenciais	49.886	50.007
	428.880	413.297
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(14.333)	(35.768)
Programas de Desligamento de Empregados – PDV/PID	78.606	7.495
	493.153	385.024

a) Despesas com Pessoal	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Remunerações e Encargos	180.768	168.376
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	12.689	11.825
Benefícios Assistenciais	25.249	25.261
	218.706	205.462
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(2.995)	(19.865)
Programas de Desligamento de Empregados – PDV/PID	(33.415)	(6.288)
	182.296	179.309

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de vinte anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a quatro remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2013, foi de R\$83.500, em conformidade a adesão de 843 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013. Para aqueles empregados que reuniram as condições relacionadas acima e que, ainda, precisam comprovar esta condição junto ao INSS, o prazo limite para desligamento é dezembro de 2013.

b) Serviços de Terceiros	30/06/2013	30/06/2012
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	89.135	79.560
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	88.453	74.234
Comunicação	34.393	42.868
Conservação e Limpeza de Prédios	28.838	21.452
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	24.859	-
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	14.644	15.158
Corte e Religação	10.824	14.503
Podas de Árvores	10.774	11.732
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	8.969	4.908
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	6.368	15.083
Mão de Obra Contratada	5.962	8.520
Hospedagem e Alimentação	4.179	5.267
Vigilância	3.433	3.857
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	3.340	3.183
Manutenção e Conservação de Veículos	3.062	3.547
Reprografia e Publicações Legais	2.635	3.142
Inspeção de Unidades Consumidoras	2.032	1.535
Fretes e Passagens	1.249	1.792
Consultoria	585	1.141
Outros	17.378	13.562
	361.112	325.044

b) Serviços de Terceiros	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	46.434	40.434
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	46.040	35.715
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	24.859	-
Comunicação	18.413	19.299
Conservação e Limpeza de Prédios	14.355	13.536
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	8.414	8.326
Corte e Religação	3.786	7.755
Podas de Árvores	6.430	7.064
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	4.429	2.898
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	3.508	8.405
Mão de Obra Contratada	3.802	2.695
Hospedagem e Alimentação	3.047	2.947
Vigilância	1.626	1.783
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	2.244	1.589
Manutenção e Conservação de Veículos	1.541	(888)
Reprografia e Publicações Legais	1.700	1.600
Inspeção de Unidades Consumidoras	737	850
Fretes e Passagens	927	1.048
Consultoria	352	723
Outros	10.841	6.646
	203.485	162.425

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/06/2013	30/06/2012
Energia de Itaipu Binacional	477.732	417.243
Contratos por Cotas de Garantia Física	110.444	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	75.039	-
Energia de Curto Prazo	1.864	320.256
Contratos Bilaterais	141.255	133.774
Energia adquirida em Leilão	1.053.596	971.688
PROINFA	127.418	112.740
Créditos de PASEP/COFINS	(165.420)	(174.812)
	1.821.928	1.780.889

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Energia de Itaipu Binacional	246.738	226.332
Contratos por Cotas de Garantia Física	110.444	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	75.039	-
Energia de Curto Prazo	(4.881)	212.547
Contratos Bilaterais	77.259	71.252
Energia adquirida em Leilão	582.483	532.743
PROINFA	63.709	56.370
Créditos de PASEP/COFINS	(111.864)	(107.765)
	1.038.927	991.479

d) Provisões (Reversões) Operacionais	30/06/2013	30/06/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.481	26.089
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	34.712	3.290
Cíveis	(13.874)	24.538
Tributárias	847	291
Ambientais	45	(53)
Regulatórias	17.030	(3.397)
Outras	1.182	3.650
	39.942	28.319
	73.423	54.408

d) Provisões (Reversões) Operacionais	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.540	10.522
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	18.034	(2.566)
Cíveis	882	(12.936)
Tributárias	1.427	85
Ambientais	31	(63)
Regulatórias	18.307	805
Outras	721	98
	39.402	(14.577)
	51.942	(4.055)

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/06/2013	30/06/2012
Pessoal	16.581	38.518
Materiais	170.745	275.829
Serviços de Terceiros	202.876	212.861
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	22.181	3.365
Aquisição de Imóveis e Instalações	-	2.039
Arrendamentos e Aluguéis	101	466
Impostos e Taxas	335	218
Outros	9.007	9.130
	421.826	542.426

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Pessoal	3.494	26.532
Materiais	90.742	156.820
Serviços de Terceiros	117.170	140.470
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	22.181	2.966
Aquisição de Imóveis e Instalações	-	18
Arrendamentos e Aluguéis	49	448
Impostos e Taxas	334	194
Outros	9.007	14.023
	235.118	341.471

f) Outras Despesas Líquidas	30/06/2013	30/06/2012
Arrendamentos e Aluguéis	35.820	35.255
Propaganda e Publicidade	1.859	3.555
Consumo Próprio de Energia Elétrica	6.981	7.280
Subvenções e Doações	5.333	6.214
Taxa de Fiscalização da ANEEL	10.299	10.798
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	33.285	17.707
Contribuição à CCEE	1.806	1.182
Seguros	789	846
Forluz – Custeio Administrativo	8.089	8.184
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	5.325	3.854
Outras (Recuperação de Despesas)	(681)	(615)
	108.905	94.260

f) Outras Despesas Líquidas	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
Arrendamentos e Aluguéis	18.011	17.625
Propaganda e Publicidade	1.441	1.764
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.082	3.379
Subvenções e Doações	3.624	3.618
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.900	5.399
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	17.573	6.939
Contribuição à CCEE	908	586
Seguros	360	372
Forluz – Custeio Administrativo	4.035	4.092
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	3.997	825
Outras (Recuperação de Despesas)	(1.475)	(838)
	56.456	43.762

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2013	30/06/2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	27.482	16.903
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	85.050	69.190
Variações Cambiais	8.147	8.381
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 24)	1.005	19.195
Variações Monetárias	4.497	1.322
Multas Contratuais	12.479	27.523
Outras	7.104	6.599
	145.764	149.113
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(168.363)	(162.593)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(39.009)	(34.403)
Variações Cambiais	(10.791)	(25.939)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(53.557)	(24.443)
Variação Monetária de P&D e PEE	(4.882)	(9.389)
Outras Variações Monetárias	(2.038)	(6.503)
Outras	(31.926)	(29.950)
	(310.566)	(293.220)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(164.802)	(144.107)

	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	19.952	7.964
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	48.860	37.420
Variações Cambiais	(1.853)	(4.330)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 24)	1.005	13.115
Variações Monetárias	2.674	888
Multas Contratuais	10.744	10.711
Outras	1.082	(230)
	82.464	65.538
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(84.498)	(80.436)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(16.978)	(16.193)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 24)	110	-
Variações Cambiais	(9.719)	(19.813)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(33.345)	(14.881)
Variação Monetária de P&D e PEE	(848)	(4.288)
Outras Variações Monetárias	(684)	(2.774)
Outras	(17.188)	(13.461)
	(163.150)	(151.846)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(80.686)	(86.308)

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	12.452	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	119.947	119.947	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	5.115	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	16.629	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	2.517	3.130	14.233	28.386	16.924	20.668	(16.924)	(123.278)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	18.081	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	153	809	(11)	-	(11)	(3.680)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.709	7.406	2.605	2.471	(2.605)	(35.278)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	4.194	2.444	-	-	1.750	-	(1.750)	-
Prestação de serviço (4)	-	-	3.261	2.996	2.414	-	(2.414)	-
Não Circulante								
Manutenção (5)	-	267	-	-	-	-	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.540	2.577	-	-	-	-
Cemig Serviços								
Prestação de Serviço (6)	-	-	949	2.963	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	689	1.167	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	138	224	-	-	-	-
Baguari Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	351	717	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (7)	7.822	8.197	-	-	43.331	46.593	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	39.623	37.114	-	-	(39.009)	(46.944)
Despesa com pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(24.318)	(22.798)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(8.089)	(8.184)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	667.746	667.404	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	-	-	-	-	(33.015)	(15.724)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	613.638	445.446	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A., Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se ao Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M;
- (5) Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das linhas de transmissão e subtransmissão que estejam sendo usadas conjuntamente, incluindo os cabos OPGW, cabos de transição e seus acessórios;
- (6) Refere-se a contrato de prestação de serviço de leitura, impressão e entrega simultânea de contas de energia elétrica de consumo em kWh, através de tecnologia desenvolvida para tal, inspeção visual de unidades consumidoras, coleta e confirmação de dados cadastrais, atualização cadastral postal, alocação de rotas, planejamento e mudança de rotas urbanas e rurais celebrado entre a Cemig serviços e a Cemig Distribuição em 2011 com duração de 2 anos prorrogável por até 2 anos corrigido pelo IGP-M;
- (7) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (9) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 17 destas Informações Contábeis Intermediárias) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 17 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

	30/06/2013	30/06/2012
Remuneração	4.194	4.724
Participação nos Resultados	1.911	721
Benefícios Pós Emprego	432	383
Benefícios Assistenciais	56	77
Total	6.593	5.905

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures; “swaps” de moedas e taxas de juros e Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios e Fundos Vinculados. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos Financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo Reapresentado
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	550.761	550.761	128.390	128.390
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.627.580	1.627.580	1.877.551	1.877.551
Depósitos Vinculados a Litígios	864.394	864.394	852.313	852.313
Fundos Vinculados	101.094	101.094	132.256	132.256
	<u>3.143.829</u>	<u>3.143.829</u>	<u>2.990.510</u>	<u>2.990.510</u>
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	4.941.718	4.941.718	4.757.735	4.757.735
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	272.672	272.513	60.369	60.548
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	248.491	248.491	40.492	40.492
Instrumentos Derivativos – Contratos de Swap	-	-	20.445	20.445
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	866.597	866.597	1.116.600	1.116.600
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.246.942	5.377.127	4.609.630	4.809.235
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	593.224	593.224	590.373	590.373
	<u>6.706.763</u>	<u>6.836.948</u>	<u>6.316.603</u>	<u>6.516.208</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos e em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição contratou operações de *hedge*, descritas em mais detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2013		31/12/2012	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	11.987	26.559	25.659	52.435
Fornecedores (Itaipu Binacional)	92.254	194.262	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	-	(8.168)	(23.823)
		220.821	104.628	208.792
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	2.309	6.655	2.638	7.111
Passivo Líquido Exposto		227.476		215.903

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2014 será uma desvalorização de 3,56% para o Dólar (R\$2,137) e uma desvalorização de 5,55% para o Euro (R\$2,723). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	30/06/2013	30/06/2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	26.559	25.612	32.015	38.418
Fornecedores (Itaipu Binacional)	194.262	187.337	234.171	281.006
	220.821	212.949	266.186	319.424
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 15</i>)	6.655	6.286	7.857	9.428
Passivo Líquido Exposto	227.476	219.235	274.043	328.852
Efeito Líquido da Variação Cambial (ganho)/perda		(8.241)	46.567	101.376

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2013	31/12/2012
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	550.761	128.390
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	521.163	100.861
Fundos Vinculados	101.094	132.256
	1.173.018	361.507
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 15)	(2.077.036)	(2.428.303)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, a taxa SELIC será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2013	30 de junho de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,5%	Cenário Possível SELIC 11,88%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	550.761	603.083	616.191	629.244
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	521.163	570.673	583.077	595.429
Fundos Vinculados	101.094	110.698	113.104	115.500
	1.173.018	1.284.454	1.312.372	1.340.173
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 15)	(2.077.036)	(2.274.354)	(2.323.788)	(2.373.014)
Passivo Líquido Exposto	(904.018)	(989.900)	(1.011.416)	(1.032.841)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(85.882)	(107.398)	(128.823)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2013	31/12/2012
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.941.718	4.757.735
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.385.130)	(530.287)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(388.462)	(401.360)
	(2.773.592)	(931.647)
Ativo Líquido Exposto	2.168.126	3.826.088

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,58% e 5,27%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2013	30 de junho de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,58% IGP-M 5,27%	Cenário Possível IPCA 6,98% IGP-M 6,59%	Cenário Remoto IPCA 8,37% IGP-M 7,91%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 11)	4.941.718	5.202.147	5.267.377	5.332.608
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 15)	(2.385.130)	(2.518.220)	(2.551.612)	(2.584.765)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 15)	(388.462)	(408.934)	(414.062)	(419.189)
	(2.773.592)	(2.927.154)	(2.965.674)	(3.003.954)
Ativo Líquido Exposto	2.168.126	2.274.993	2.301.703	2.328.654
Efeito Líquido da Variação do IPCA		106.867	133.577	160.528

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	39.403	173.428	1.127.278	3.412.477	3.439.805	8.192.391
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	6.118	18.361	50.382	342.002	655.925	1.072.788
	45.521	191.789	1.177.660	3.754.479	4.095.730	9.265.179
- Pré-fixadas						
Fornecedores	866.597	-	-	-	-	866.597
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	-	-	119.947	-	-	119.947
	866.597	-	119.947	-	-	986.544
	912.118	191.789	1.297.607	3.754.479	4.095.730	10.251.723

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos constituída, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$479.280.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia não atendeu à algumas dessas cláusulas restritivas e obteve, em 28 de junho de 2013 e válido até 30 de junho de 2014, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de junho de 2013 no montante de R\$1.005 (ganho de R\$19.195 em 30 de junho de 2012), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de *swap* cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

A Companhia possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros, ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 30 de junho de 2013:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado	Ganho (Perda) Realizado		Valor Recebido	Valor Pago
					30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2013
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	(228)	(23.823)	-	(24.051)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	1.233	44.268	45.501	-
					1.005	20.445		

A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de *swap* cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012
Total do Passivo	9.825.471	9.585.861
Caixa e Equivalentes de Caixa	(611.077)	(190.233)
Fundos Vinculados	(101.094)	(132.256)
Passivo Líquido	9.113.300	9.263.372
Total do Patrimônio Líquido	2.585.959	2.193.779
Capital Ajustado	2.585.959	2.193.779
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	3,52	4,22

25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/06/2013	Valor justo em 30 de junho de 2013		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	14.884	-	14.884	-
Letras Financeiras – Bancos	210.264	-	210.264	-
Letras Financeiras do Tesouro	7.258	-	7.258	-
Debêntures	13.202	-	13.202	-
Outros	2.883	-	2.883	-
	248.491		248.491	-
Fundos Vinculados	101.094	-	101.094	-
Ativos Financeiros da Concessão	4.941.718	-	-	4.941.718
	5.291.303	-	349.585	4.941.718

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Trimestrais.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

26. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA

Resultado da 3ª Revisão Tarifária

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representou um reajuste tarifário de 3,06%, constituído de dois componentes: (i) Reposicionamento Tarifário Econômico de 0,47%, decorrente do aumento de 22,3% dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e da redução de 26,5% dos custos gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,59%. Esse reajuste vigorará até abril de 2014.

Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2012, de 2,34%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%. Este reajuste incidiu nas tarifas já reduzidas em 18,14%, decorrentes da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) anunciada em 24 de janeiro de 2013.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843. A Companhia ainda aguarda o julgamento de recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos pela ANEEL para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Despacho ANEEL nº 2.701, de 29 de julho de 2013, fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica, pela Eletrobras, até 2 de agosto de 2013, referentes às competências de maio e junho de 2013 dos valores apurados de Risco Hidrológico, Exposição Involuntária e Encargo de Serviço do Sistema por razão de Segurança Energética. Foi fixado para a Companhia o montante de R\$124.725, integralmente recebido no terceiro trimestre de 2013.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

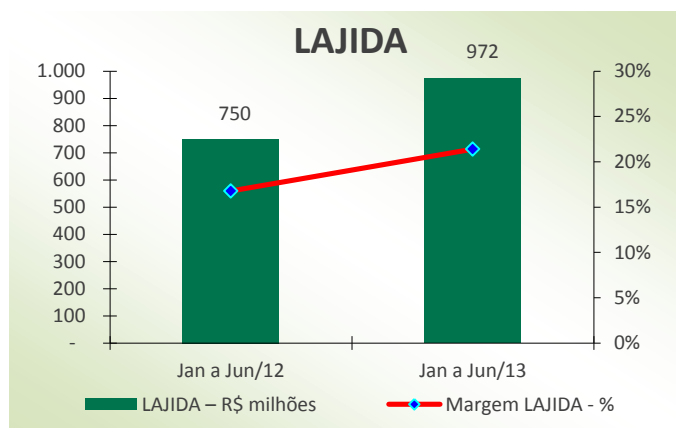
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2013, um resultado de R\$392.180, em comparação ao resultado de R\$282.286, no primeiro semestre de 2012, um aumento de 38,93%. Este resultado deve-se, principalmente, pela redução dos encargos setoriais e da modicidade tarifária regulamentados pela Lei 12.783/13. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 29,58% no primeiro semestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2013	30/06/2012	Var. %
Resultado do Período	392.180	282.286	38,93
+ Despesa de IR e Contribuição Social	202.097	147.394	37,11
+ Resultado Financeiro Líquido	164.802	144.107	14,36
+ Amortização	213.116	176.471	20,77
= LAJIDA	972.195	750.258	29,58



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no primeiro semestre de 2013, em comparação ao primeiro semestre de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de 1,62% na receita, associado à redução de 4,02% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 16,78%, no primeiro semestre de 2012, para 21,39%, no primeiro semestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.822.919, no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$5.260.580, no primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 8,32%. Os principais impactos na Receita, no primeiro semestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- aumento de 3,81% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/2013	30/06/2012	Var %
Residencial	4.695.961	4.383.682	7,12
Industrial	1.970.290	2.093.784	(5,90)
Comércio, Serviços e Outros	2.859.289	2.721.614	5,06
Rural	1.335.075	1.264.667	5,57
Poder Público	426.126	409.577	4,04
Iluminação Pública	629.969	615.371	2,37
Serviço Público	609.795	578.059	5,49
Total	12.526.505	12.066.754	3,81

O mercado cativo residencial e comercial representam, aproximadamente, 60,00% do mercado cativo total, e apresentaram, no período de janeiro a junho de 2013, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- elevação de 4,00% do consumo médio por consumidor residencial, somado a um crescimento de 3,10% do número de consumidores residenciais, quando comparado ao mesmo período de 2012;
- crescimento destacado para o comércio varejista, que representa 33,00% do mercado cativo comercial e cresceu 5,70%, quando comparado ao mesmo período de 2012.

Com relação ao mercado cativo rural, um dos principais fatores para o crescimento de 5,57% foi a expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro e março.

Este crescimento foi, parcialmente, compensado pela redução de 5,90% no mercado cativo industrial, decorrente do desaquecimento das atividades deste setor.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2013, a receita foi de R\$591.923 comparada a R\$925.270 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 36,03%. Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada às exposições líquidas positivas da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo, que foi de R\$184.438 no primeiro semestre de 2013, em comparação às exposições líquidas negativas no mesmo período de 2012. Este resultado decorre dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$421.826, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$542.426, do mesmo período de 2012, uma redução de 22,23%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 114,03% nos semestres comparados (R\$327.862 no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$153.186 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$215.747 no primeiro semestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro semestre de 2013 foram de R\$1.804.661, comparados a R\$2.409.575, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 25,10%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, quanto à redução dos encargos setoriais:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25.645, referente a janeiro de 2013, comparados a R\$254.837, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 89,94%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR no primeiro semestre de 2012 foram de R\$49.697.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$60.753, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$225.418, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 73,05%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$3.785.228, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$3.898.100, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 2,90%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$171.988 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$391.911 no primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 56,12%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$421.826, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$542.426, do mesmo período de 2012, uma redução de 22,23%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$493.153 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$385.024 no primeiro semestre de 2012, representando um aumento de 28,08%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$83.500 no resultado deste primeiro semestre de 2013.

Mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Amortização

A amortização foi de R\$213.116, no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$176.471, do mesmo período de 2012, um aumento de 20,77%. Esse resultado decorre do aumento nas capitalizações realizadas no período, devido, principalmente, ao Programa de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD).

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$361.112 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$325.044 do mesmo período de 2012, representando um aumento de 11,10%, decorrente, principalmente, dos gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), que deixaram de ser reconhecidos como um ativo financeiro e passaram a ser reconhecidos como um ativo regulatório incluído na Revisão Tarifária Ordinária, cujo reembolso ocorrerá através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014, que não é aceito pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e cujo impacto foi percebido no resultado.

Este aumento foi, parcialmente, compensado por uma redução no volume de diversos serviços, dentre os quais destacam-se os serviços de comunicação e contratação de mão de obra temporária.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 21 às Informações Contábeis Intermediárias.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$37.333 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$78.828 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 52,64%. Esta variação decorre da reversão de parte da provisão constituída para o período de janeiro a junho de 2013, para refletir adequadamente as expectativas da Companhia em relação às participações dos empregados no resultado de 2013.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.821.928 no primeiro semestre de 2013, comparada a R\$1.780.889 no primeiro semestre de 2012, um aumento de 2,30%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País. O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. No primeiro semestre de 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$848.332, conforme abaixo:
 - R\$489.491 decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;

- R\$358.841 em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).
- aumento de 8,43% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.053.596 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$971.688 no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
- aumento de 14,50% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$477.732 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$417.243 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro semestre de 2013 foi de R\$1,917, em comparação a R\$2,038 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 6,28%;
- aumento de 13,02% no suprimento de energia proveniente de fontes alternativas (PROINFA), que foram de R\$127.418 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$112.740 do mesmo período de 2012, conforme cotas anuais definidas pela ANEEL.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$73.423, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$54.408, do mesmo período de 2012, um aumento de 34,95%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, em 30 de junho de 2013, de provisão relativa a ação regulatória onde se discute a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$18.772. O aumento nas provisões trabalhistas decorre do maior volume e revisão da expectativa de perda de ações desta natureza no período, substancialmente, compensado pela reversão de provisões relativas a diversos processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$59.420, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$46.944, do mesmo período de 2012, um aumento de 26,58%. A despesa reflete basicamente a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$164.802, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$144.107 no mesmo período de 2012, um aumento de 14,36%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 62,59% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$27.482 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$16.903 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- aumento de 22,92% nos acréscimos moratórios de contas de energia, que foi de R\$85.050 no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$69.190 do mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida com grande cliente, pelo não pagamento dos encargos de Uso do Sistema de Distribuição no período compreendido entre abril de 2003 a dezembro de 2004;
- redução de 54,66% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$12.479 no primeiro semestre de 2013, em comparação com R\$27.523 no primeiro semestre de 2012, decorrente, principalmente, de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura no primeiro semestre de 2012;
- aumento de 119,11% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$53.557 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$24.443 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações no primeiro trimestre de 2013 indexadas a índices de inflação, vinculado ao aumento do IPCA no período.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$202.097 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$594.277, representando um percentual de 34,01%. No primeiro semestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$147.394 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$429.680, representando um percentual de 34,30%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

	Segundo Trim/2013	Segundo Trim/2012	Var. %
RECEITA	2.286.445	2.356.500	(2,97)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(182.296)	(179.671)	1,46
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	264	(41.673)	-
Obrigações Pós-emprego	(29.710)	(23.472)	26,58
Materiais	(12.391)	(11.707)	5,84
Serviços de Terceiros	(203.485)	(162.425)	25,28
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.038.927)	(991.479)	4,79
Amortização	(105.514)	(90.084)	17,13
Provisões Operacionais	(51.942)	4.055	-
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(235.118)	(341.471)	(31,15)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(85.347)	(192.920)	(55,76)
Outras Despesas Líquidas	(56.456)	(43.762)	29,01
	<u>(2.000.922)</u>	<u>(2.074.609)</u>	<u>(3,55)</u>
Resultado antes do Resultado Financeiro	285.523	281.891	1,29
Receitas Financeiras	82.464	65.538	25,83
Despesas Financeiras	(163.150)	(151.846)	7,44
Resultado antes dos Impostos	204.837	195.583	4,73
Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.901)	(120.615)	(32,10)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.166	54.121	(71,98)
Resultado do Período	138.102	129.089	6,98
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária	0,0611	0,0571	

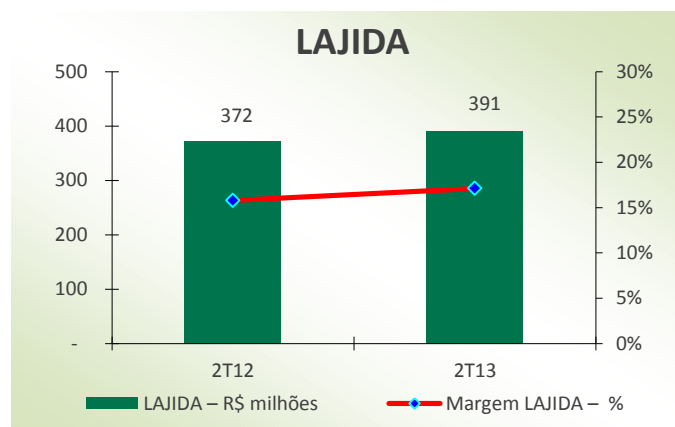
Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2013, um Lucro Líquido de R\$138.102, em comparação ao Lucro Líquido de R\$129.089, no segundo trimestre de 2012, um aumento de 6,98%. Este resultado deve-se, principalmente, à redução de 6,51% na despesa financeira líquida, somada à redução de 3,55% nos custos e despesas operacionais, parcialmente, compensados pela redução de 2,97% na receita. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 5,12% no segundo trimestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2013	Segundo Trim/2012	Var. %
Resultado do Período	138.102	129.089	6,98
+ Despesa de IR e Contribuição Social	66.735	66.494	0,36
+ Resultado Financeiro Líquido	80.686	86.308	(6,51)
+ Amortização	105.514	90.084	17,13
= LAJIDA	391.037	371.975	5,12



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no segundo trimestre de 2013, em comparação ao segundo trimestre de 2012, deve-se, principalmente, à redução de 4,49% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização), compensado, parcialmente, pela redução de 2,97% na receita. Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 15,79%, no segundo trimestre de 2012, para 17,10%, no segundo trimestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.434.883, no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$2.680.129, no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 9,15%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- aumento de 4,25% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	Segundo Trim/2013	Segundo Trim/2012	Var %
Residencial	2.383.392	2.197.817	8,44
Industrial	1.018.347	1.049.500	(2,97)
Comércio, Serviços e Outros	1.418.035	1.347.886	5,20
Rural	702.258	701.811	0,06
Poder Público	217.861	214.249	1,69
Iluminação Pública	320.156	306.100	4,59
Serviço Público	305.469	288.652	5,83
Total	6.365.518	6.106.015	4,25

O mercado cativo residencial e comercial representam, aproximadamente, 60,00% do mercado cativo total, e apresentaram um aumento no volume de energia faturada de 8,44% e 5,20%, respectivamente, em decorrência, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 3,07% e 2,25% nessa ordem.

Este crescimento foi, parcialmente, compensado pela redução de 2,97% no mercado cativo industrial, decorrente do desaquecimento das atividades deste setor.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2013, a receita foi de R\$229.859 comparada a R\$466.642 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 48,30%. Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013, associada ao desaquecimento das atividades do setor

industrial no período, que ocasionou uma redução de 5,54% no volume de energia transportada no segundo trimestre de 2013, quando comparado ao mesmo período de 2012 .

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada às exposições líquidas positivas da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo, que foi de R\$67.419 no segundo trimestre de 2013, em comparação às exposições líquidas negativas no mesmo período de 2012. Este resultado decorre dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$235.118, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$341.471, do mesmo período de 2012, uma redução de 31,15%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 159,41% nos trimestres comparados (R\$185.069 no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$71.343 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$136.026 no segundo trimestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no segundo trimestre de 2013 foram de R\$865.903, comparados a R\$1.203.085, do segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 28,03%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, quanto à redução dos encargos setoriais:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC), comparado a R\$102.177, do segundo trimestre de 2012.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR no segundo trimestre de 2012 foram de R\$27.445.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$30.376, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$112.709, do segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 73,05%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.000.922, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$2.074.609, do segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 3,55%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$85.347 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$192.920 no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 55,76%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$235.118, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$341.471, do mesmo período de 2012, uma redução de 31,15%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Amortização

A amortização foi de R\$105.514, no segundo trimestre de 2013 comparados a R\$90.084, do mesmo período de 2012, um aumento de 17,13%. Esse resultado decorre do aumento nas capitalizações realizadas no período, devido, principalmente, ao Programa de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD).

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$203.485 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$162.425 do mesmo período de 2012, representando um aumento de 25,28%, decorrente, principalmente, dos gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), que deixaram de ser reconhecidos como um ativo financeiro e passaram a ser reconhecidos como um ativo regulatório incluído na Revisão Tarifária Ordinária, cujo reembolso ocorrerá através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014, que não é aceito pelas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e cujo impacto foi percebido no resultado.

Este aumento foi, parcialmente, compensado por uma redução no volume de diversos serviços, dentre os quais destacam-se os serviços de comunicação e contratação de mão de obra temporária.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 21 às Informações Contábeis Intermediárias.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi uma recuperação de despesas no montante de R\$264 no segundo trimestre de 2013, comparados às despesas no montante de R\$41.673 no mesmo período de 2012. Esta variação decorre da reversão de parte da provisão constituída para o período de janeiro a junho de 2013, para refletir adequadamente as expectativas da Companhia em relação às participações dos empregados no resultado de 2013.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.038.927 no segundo trimestre de 2013, comparada a R\$991.479 no segundo trimestre de 2012, um aumento de 4,79%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País. O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. No segundo trimestre de 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$132.944, em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética);
- aumento de 9,34% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$582.483 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$532.743 no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;

- aumento de 9,02% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$246.738 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$226.332 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no segundo trimestre de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2013 foi de R\$2,019, em comparação a R\$2,082 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 3,11%.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$51.942, no segundo trimestre de 2013, comparados a uma recuperação de despesa de R\$4.055, do mesmo período de 2012. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, em 30 de junho de 2013, de provisão relativa a ação regulatória onde se discute a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$18.772, somado ao aumento nas provisões trabalhistas, em decorrência do maior volume e revisão da expectativa de perda de ações desta natureza no período, em comparação à reversão ocorrida no segundo trimestre de 2012 em virtude da reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos discutindo relações de consumo, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$29.710, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$23.472, do mesmo período de 2012, um aumento de 26,58%. A despesa reflete basicamente a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no segundo trimestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$80.686, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$86.308 no mesmo período de 2012, uma redução de 6,51%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 150,53% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$19.952 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$7.964 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;

- aumento de 30,57% nos acréscimos moratórios de contas de energia, que foi de R\$48.860 no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$37.420 do mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida com grande cliente, pelo não pagamento dos encargos de Uso do Sistema de Distribuição no período compreendido entre abril de 2003 a dezembro de 2004;
- aumento de 124,08% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$33.345 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$14.881 do mesmo período de 2012, somado ao aumento de 5,05% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$84.498 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$80.436 do mesmo período de 2012. Estes aumentos decorrem, principalmente, do maior volume de captações ocorridas no primeiro trimestre de 2013 indexadas a índices de inflação, vinculado ao aumento do IPCA no período;
- redução de 80,22% nas variações monetárias incidentes sobre os encargos P&D e PEE, que foram de R\$848 no segundo trimestre de 2013, comparado a R\$4.288 no mesmo período de 2012, devido, principalmente, aos efeitos da Medida Provisória 579/12, posteriormente convertida na Lei 12.783/13.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$66.735 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$204.837, representando um percentual de 32,58%. No segundo trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$66.494 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$195.583, representando um percentual de 34,00%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes intermediárias relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 9, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame do balanço patrimonial levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, sem modificações.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG